

sou a ser um fator limitante à capacidade diária de abate do estabelecimento, e portanto, motivo de monitoramento pelo médico veterinário responsável pela fiscalização.

Orienta-se que diariamente as câmaras frias de carcaças sejam verificadas previamente à autorização do início das atividades, evitando assim, o abate de um número de bovinos superior à capacidade total de estocagem, sendo descontado deste quantitativo, o número de carcaças que já estiverem armazenadas.

Para o cálculo simples da capacidade de estocagem da câmara fria, deve-se considerar a quantidade de 03 meias-carcaças por metro linear, exigindo espaçamento de 10 a 15 cm entre elas, a fim de permitir que toda a superfície da carne seja submetida a ação conservadora do frio.

Também deve-se considerar as distâncias mínimas de 80 centímetros a 1,20 metros entre trilhos e entre estes e as paredes das câmaras. Para facilitar a exemplificação, de uma forma geral, orienta-se para cálculo da capacidade de estocagem de uma câmara fria para meias-carcaças de bovinos, o distanciamento de 1,0 metro entre os trilhos e paredes.

Exemplo:

"Uma câmara que possui dimensões internas de 40 m², sendo 4 metros de largura e 10 metros de comprimento, com 03 trilhos dispostos no comprimento, tem a capacidade para estocar 72 meias-carcaças. Visto que, com 10 metros de comprimento, menos 2 metros de afastamento das paredes (2), restam apenas 8 metros úteis de trilho. Utilizando a estocagem de 03 meias carcaças por metro linear, obtêm-se 24 (3x8) meias-carcaças por trilho e considerando 03 trilhos, a capacidade real desta câmara é de 72 (3x24) meias-carcaças por dia de abate."

5. CONCLUSÃO

Durante a prática da fiscalização permanente, sugere-se que os fiscais estaduais agropecuários que atuam no Serviço de Inspeção Estadual do Maranhão, apliquem os seguintes parâmetros quanto à capacidade e velocidade de abate da planta frigorífica fiscalizada:

- 1.O tamanho e número de currais, visto que a quantidade de bovinos e/ou bubalinos recebidos pelo estabelecimento para abate, não deve exceder a capacidade de alojamento dos currais, considerando 2,5 m²/bovino.
- 2.O cálculo padrão de 8m²/boi/hora como velocidade de abate a partir do tamanho da sala destinada a este fim.
- 3.A lotação de 03 (três) meias-carcaças por metro linear nas câmaras frias, assim como o espaço mínimo (10 15 cm) entre as carcaças para adequado acondicionamento.

Nos casos em que o estabelecimento abater número de animais acima do autorizado e/ou acima da velocidade preconizada, o médico veterinário e o fiscal estadual agropecuário da AGED poderão determinar a interrupção do abate ou a redução de sua velocidade (Art.117 - RIISPOA) e adotar ações fiscais cabíveis, tais como: notificação e/ou autuação, buscando a prevenção e/ou correção de procedimentos que ofereçam riscos de contaminação ao produto final.

São Luís, 22 de agosto de 2024.

À consideração superior.

Marcelo de Abreu Falcão

Fiscal Estadual Agropecuário De acordo.

Clidilene Nogueira de Alencar Miranda

Coordenadora de Inspeção de Produtos e Subprodutos de Origem Animal

Jucielly Campos de Oliveira

Diretora de Defesa e Inspeção Sanitária Animal

PORTARIA Nº 1284/2024-AGED/MA SÃO LUÍS, 23 DE SE-TEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso dos ábacos por todos os estabelecimentos sob inspeção permanente (frigoríficos) no Estado do Maranhão registrados ou fiscalizados pela AGED/MA e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO – AGED/MA, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o disposto na Lei Estadual nº 8.761, de 1º de abril de 2008, alterada pela Lei Estadual nº 8.839, de 15 de julho de 2008.

CONSIDERANDO a Portaria nº 120, de 10 de abril de 2017, que estabelece o uso do Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017 que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, no âmbito das atividades do Serviço de Inspeção Estadual da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED/MA), a ser aplicado nos estabelecimentos que realizem comércio intermunicipal;

CONSIDERANDO a Portaria nº 124, de 28 de fevereiro de 2024/ AGED/MA, que institui o uso dos Manuais de Procedimentos de Inspeção e Fiscalização em Estabelecimentos sob Inspeção Federal (SIF), como orientativos na execução dos procedimentos técnicos-administrativos do Serviço de Inspeção Estadual, assim como a necessidade de uniformização dos procedimentos referentes as atividades inerentes ao SIE-MA;

CONSIDERANDO que os Manuais de Procedimentos de Inspeção e Fiscalização em Estabelecimentos sob Inspeção Federal (SIF), descrevem que os achados de inspeção post mortem de cada lote de animais devem ser marcados nos ábacos de cada linha e registrados nas respectivas papeletas ou de forma eletrônica, respeitadas as disposições gerais sobre o tema;

CONSIDERANDO o último Parecer 97/2024/DIASIS/CSU/DSN/SDA/MAPA, que avalia o Relatório do Plano de Ação apresentado pela AGED ao MAPA, como desdobramento da auditoria realizada em julho/2023, no qual faz referência ao uso de ábacos (quadros marcadores) na sala de abate para controle e contagem dos órgãos condenados nas linhas de inspeção durante o post mortem;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 73, Inciso III do Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 que estabelece como obrigações dos estabelecimentos: "disponibilizar instalações, equipamentos e materiais julgados indispensáveis aos trabalhos de inspeção e fiscalização".

RESOLVE:

Art.1º Fica estabelecido a obrigatoriedade de aquisição/confecção dos ábacos por todos os estabelecimentos sob inspeção permanente (frigoríficos) no Estado do Maranhão registrados ou fiscalizados pela AGED/MA, para utilização de acordo com a distribuição das linhas de inspeção preconizadas pela legislação vigente (ANEXO I), no prazo de 90 (noventa dias).

Art.2º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da AGED/MA, ou pela Diretoria de Defesa e Inspeção Sanitária Animal, na sua ausência.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cauê Ávila Aragão Presidente AGED/MA



ANEXO I - MODELOS DE ÁBACOS DE BOVINOS*

LINHA A1

<u>Úbere</u>: Parasitose não zoonótica Alteração Restrita

LINHA A

<u>Lábios</u>:
Parasitose não zoonótica
Alteração Restrita

Patas:
Parasitose não zoonótica
Alteração Restrita

LINHA B

Cabeça:
Contaminação gastrointestinal
Contaminação não
gastrointestinal
Alteração Restrita

Língua:
Contaminação gastrointestinal
Contaminação não
gastrointestinal
Alteração Restrita

LINHA D

Estômagos:
Contaminação gastrointestinal

Contaminação não gastrointestinal Alteração Restrita

Intestinos:

Contaminação gastrointestinal
Contaminação não
gastrointestinal
Parasitose não zoonótica
Alteração Restrita

Pâncreas:

Contaminação gastrointestinal
Contaminação não
gastrointestinal
Parasitose não zoonótica
Alteração Restrita

Esôfago:

Contaminação gastrointestinal Contaminação não gastrointestinal

Baço:

Contaminação gastrointestinal Contaminação não gastrointestinal Alteração Restrita

<u>Útero</u>:

Contaminação gastrointestinal Contaminação não gastrointestinal Alteração Restrita

LINHA E

Fígado:

Contaminação gastrointestinal Contaminação não gastrointestinal Parasitose não zoonótica

Cisto Hidático Fascíola Hepática Alteração Restrita

*De acordo com as possibilidades contidas no RIISPOA.

LINHA F

Coração:
Contaminação gastrointestinal
Contaminação não
gastrointestinal
Alteração Restrita

Pulmões:
Contaminação gastrointestinal
Contaminação não
gastrointestinal
Parasitose não zoonótica
Cisto hidático
Alteração Restrita

LINHA G

Rins:

Contaminação gastrointestinal Contaminação não gastrointestinal Alteração Restrita

LINHA H

Carcaça (traseiro):
Contaminação gastrointestinal
Contaminação não
gastrointestinal
Contusão (localizada)
Abcessos por injetáveis
Alteração Restrita

Cauda:
Contaminação gastrointestinal
Contaminação não
gastrointestinal
Alteração Restrita

LINHA I

Carcaça (dianteiro):
Contaminação gastrointestinal
Contaminação não
gastrointestinal
Contusão (localizada)
Abcessos vacinais
Alteração Restrita

<u>Diafragma</u>:
Contaminação gastrointestinal
Contaminação não
gastrointestinal
Alteração Restrita

PORTARIA Nº 1287/2024/GAB-AGED-MA SÃO LUÍS, 23 DE SETEMBRO DE 2024.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DE-FESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art.8° da Lei Estadual n° 7.386, de 16 de julho de 1999 e art.5°, Inciso III do Decreto Estadual n° 30.608, de 30 de dezembro de 2014,

CONSIDERANDO:

O disposto nas Instruções Normativas MAPA nº 56 de 04/12/2007, nº 59 de 02/12/2009 e nº 36 de 06/12/2012, que estabelecem os PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS COMERCIAIS,

RESOLVE:

Tornar público a renovação do Registro nº 0003/2013, na Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão - Coordenadoria de Defesa Animal — Setor de Sanidade Avícola/AGED-MA, para o Estabelecimento de Aves Comerciais de Corte SANTA IZABEL ALIMENTOS LTDA - GRANJA BOA VIAGEM, CNPJ nº 03.779.994/0004-27, Inscrição Estadual nº 12.205.932-8, localizado na Estrada da Boa Viagem, s/n, Pindaí, Coordenadas - S: 02° 33' 50.3"; W: 044° 06' 49.7", CEP. 65.110-000 - São José de Ribamar/MA.

Esta portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE.

CAUÊ ÁVILA ARAGÃO Presidente AGED/MA

PORTARIA Nº 1288/2024/AGED/MA SÃO LUÍS, 24 DE SETEMBRO 2024.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO – AGED/MA, no uso de suas atribuições legais, especialmente em referência ao disposto na alínea "a", inciso II, art.4º da Lei Estadual nº 8.959, de 08 de maio de 2009,

^{*}De acordo com as possibilidades contidas no RIISPOA.